

PLANO DE DADOS ABERTOS



INSTITUTO FEDERAL
Sul de Minas Gerais



Vigência
2025-2027

Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação
Camilo Santana

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica
Marcelo Bregagnoli

Reitor do IFSULDEMINAS
Cleber Ávila Barbosa

Pró-Reitor de Administração e Planejamento
Honório José de Moraes Neto

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas
Clayton Silva Mendes

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
Carlos Henrique Rodrigues Reinato

Pró-Reitor de Ensino
Luiz Carlos Dias Rocha

Pró-Reitora de Extensão
Daniela Ferreira Cardoso

Atualização do Plano de Dados Abertos Biênio 2025-2027 do IFSULDEMINAS - [PORTARIA Nº383/2025/GAB/IFSULDEMINAS](#)

GABINETE - Roselei Eleotério - Matrícula SIAPE nº **051**

DICOM - Jacssane do Couto Andrade - Matrícula SIAPE nº **183**

COI - Pâmela Hélia de Oliveira - Matrícula SIAPE nº **176**

PPPI - Humberto Vargas Duque - Matrícula SIAPE nº **181**

AUDITORIA - Raquel Bonamichi dos Santos Soares - Matrícula SIAPE nº**221**

PROAD - Fabricio da Silva Faria - Matrícula SIAPE nº **171**

CORREGEDORIA - Adriano Ferreira Resende - Matrícula SIAPE nº**379**

DTI - Ramon Gustavo Teodoro Marques da Silva - Matrícula SIAPE nº **051**

PROGEP - Clayton Silva Mendes - Matrícula SIAPE nº **578**

DDRI - Luis Adriano Batista - Matrícula SIAPE nº **739**

PROEN - Márcia Rodrigues Machado - Matrícula SIAPE nº **205**

OUVIDORIA - Gabriel Filipe da Silva - Matrícula SIAPE nº **414**

PROEX - Michelle da Silva Marques - Matrícula SIAPE nº **739**



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
OBJETIVOS	9
CONSTRUÇÃO E EXECUÇÃO DO PLANO DE DADOS ABERTOS	10
Metodologia de elaboração do PDA	10
Plano de ação para elaboração e execução do PDA	12
DEFINIÇÃO E PRIORIZAÇÃO DOS DADOS ABERTOS	13
Definição das bases candidatas à abertura	13
Análise integrada das demandas para abertura de dados	14
Consulta Pública	15
Critérios de relevância para abertura de dados	22
Critérios de esforço operacional	23
Resultado da análise integrada e estratégia adotada para o ciclo 2025-2027	24
PROCESSO DE CATALOGAÇÃO DOS DADOS	25
Catalogação no Portal Brasileiro de Dados Abertos e Portal Institucional	25
Qualidade dos dados, metadados e atualização das bases	26
SUSTENTAÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE	27
Governança e responsabilidades	27
Gestão de riscos	28
Monitoramento e melhoria contínua	29
PLANO DE COMUNICAÇÃO, PROMOÇÃO, USO E REÚSO DOS DADOS	30
ANEXO I – Inventário de Dados do IFSULDEMINAS	31
ANEXO II – Cronograma de Atualização e Qualificação das Bases de Dados	40
ANEXO III – Cronograma de Promoção, Fomento, Uso e Reúso das Bases de Dados do IFSULDEMINAS	41
GLOSSÁRIO	41
REFERÊNCIAS	42
ANEXO IV - Cronograma Complementar de Atualização e Formalização do PDA 2025–2027	46

I - INTRODUÇÃO

A transparência e o acesso à informação pública são princípios fundamentais da administração pública, orientados por uma série de normativos legais que visam garantir o direito do cidadão de conhecer, monitorar e avaliar a atuação do Estado. Nesse contexto, a Política de Dados Abertos foi instituída pelo Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, com o objetivo de promover a abertura e a ampla disponibilização de dados governamentais em formatos acessíveis, processáveis por máquina e com licenças que permitam sua livre utilização, reutilização e redistribuição.

A regulamentação dessa política foi complementada pela Resolução nº 3, de 13 de outubro de 2017, do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA), que definiu as diretrizes para a elaboração, estrutura e publicação dos Planos de Dados Abertos (PDAs), obrigatórios para os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

O Plano de Dados Abertos (PDA) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS, para o período de 2025 a 2027, reafirma o compromisso institucional com a promoção da transparência ativa, o fortalecimento da cultura de dados e o fomento ao controle social. Trata-se de um instrumento estratégico para a organização e a gestão de dados, contendo o planejamento das ações, metas e prazos para a disponibilização e sustentabilidade das bases de dados institucionais.

Este Plano considera os princípios e diretrizes de Governo Aberto e das políticas públicas de transparência e dados abertos, fundamentando-se nos seguintes marcos legais:

- Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI);
- Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- Decreto nº 8.777/2016 – Institui a Política de Dados Abertos no Poder Executivo Federal;
- Decreto nº 9.903/2019 – Altera o Decreto nº 8.777/2016, transferindo a coordenação da política para a CGU;

- Decreto nº 10.332/2020 – Institui a Estratégia de Governo Digital para 2020–2022;
- Decreto nº 12.198/2024 – Institui a Estratégia Federal de Governo Digital para o período de 2024 a 2027 e a Infraestrutura Nacional de Dados;
- Resolução nº 3/2017 – Estabelece normas para elaboração e publicação dos Planos de Dados Abertos;
- Lei Complementar nº 101/2000 – Art. 48 (transparência na gestão fiscal);
- Instrução Normativa nº 4/2012 – Estabelece conceitos relacionados à INDA (Infraestrutura Nacional de Dados Abertos);
- Plano de Ação da INDA e os Planos Nacionais de Governo Aberto (OGP);
- Padrões de interoperabilidade e acessibilidade do governo eletrônico: e-PING, e-VoG e e-MAG;
- Diretrizes do Planejamento Estratégico Institucional e do Plano Estratégico de TIC (PETIC).

O cidadão poderá, a qualquer momento, utilizar os canais de comunicação do IFSULDEMINAS — como a Ouvidoria e a plataforma Fala.BR — para realizar solicitações, relatar problemas técnicos ou inconsistências, bem como enviar sugestões que servirão de subsídio para o aperfeiçoamento e futuras revisões deste Plano de Dados Abertos.

O PDA 2025–2027 do IFSULDEMINAS visa à melhoria contínua da qualidade e do acesso aos dados públicos da instituição, à promoção do uso e reúso dos dados abertos pela sociedade e ao fortalecimento de práticas de governança, inovação e participação cidadã. Além disso, estabelece os canais para manifestações dos cidadãos, os métodos adotados, o cronograma de atualização e qualificação das bases e as ações de fomento ao uso das informações públicas, garantindo sustentabilidade, governança e alinhamento com os objetivos estratégicos do Instituto.

II - CENÁRIO INSTITUCIONAL

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS foi criado em 29 de dezembro de 2008, por meio da promulgação da Lei Federal nº 11.892. A instituição teve origem na fusão de três tradicionais escolas agrotécnicas federais localizadas nos municípios de Inconfidentes, Machado e Muzambinho, além da criação da Reitoria, situada em Pouso Alegre. A partir dessa estrutura, o IFSULDEMINAS consolidou seu compromisso com o desenvolvimento regional por meio da excelência na educação pública profissional e tecnológica.

Desde 2010, o Instituto passou por um processo contínuo de expansão, com a implantação dos campi em Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre, além da criação de unidades na região do Circuito das Águas, com os campi de Três Corações e Carmo de Minas. Em 2024, o IFSULDEMINAS avançou em mais uma importante etapa de sua expansão institucional com a implantação do novo Campus Itajubá, fruto do programa de expansão da Rede Federal anunciado pelo Governo Federal em fevereiro do mesmo ano.

A instituição oferta cursos em diversos níveis, desde o ensino técnico integrado ao ensino médio, passando pelo ensino técnico subsequente, cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), graduação e pós-graduação. Com uma estrutura multicampi que abrange cursos presenciais e a distância, o IFSULDEMINAS atende aos 178 municípios da região Sul de Minas Gerais, alcançando aproximadamente 3 milhões de pessoas, direta e indiretamente.

As ações da instituição são orientadas pela sua missão institucional: “Promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica em todos os níveis, formando cidadãos críticos, criativos, competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Sul de Minas Gerais.”

Nesse contexto, o Instituto atua de forma estratégica no ensino, fomento à pesquisa e na promoção de ações de extensão tecnológica voltadas às necessidades regionais. Por meio da qualificação de mão de obra, da prestação de serviços e da execução de projetos que visam à melhoria da qualidade de vida da população, o IFSULDEMINAS tem se consolidado como uma instituição que utiliza seus recursos humanos, físicos e tecnológicos para transformar a realidade regional e gerar oportunidades de emprego e renda para seus egressos.

O compromisso com a transparência e a governança institucional também se evidencia na implementação da Política de Dados Abertos, regulamentada no âmbito federal pelo Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016. Tal política estabelece como objetivos a promoção da publicação de dados mantidos por órgãos e entidades da administração pública federal, em formato aberto, a fim de fomentar a cultura da transparência, da inovação e da participação social.

O IFSULDEMINAS iniciou a institucionalização da política de dados abertos com a publicação do seu primeiro Plano de Dados Abertos (PDA) para o biênio 2018–2020. Posteriormente, esse plano foi prorrogado até março de 2023, conforme Portaria nº 2000/2022/GAB/IFSULDEMINAS. Durante esse período, houve avanços na identificação de bases de dados, na mobilização institucional e no fortalecimento da cultura de abertura de dados.

No biênio seguinte, com a publicação do PDA 2023–2025, o Instituto consolidou as ações iniciadas anteriormente, ampliando os processos de transparência ativa e promovendo treinamentos para os responsáveis pela alimentação da plataforma CKAN. As atividades foram conduzidas por comissões específicas, instituídas por portarias próprias, com apoio das áreas de tecnologia da informação, planejamento institucional e comunicação.

Para a construção da nova versão do plano, referente ao biênio 2025–2027, a instituição reafirma seu compromisso com o aprimoramento contínuo da qualidade dos dados, da ampliação do acesso público à informação e da governança orientada por evidências. O novo plano é resultado do amadurecimento institucional na gestão da informação, da participação ativa de diferentes setores e do diálogo com a sociedade, por meio de consultas públicas realizadas nos anos de 2020, 2021 e 2022.

O histórico dos documentos relacionados à política de dados abertos no IFSULDEMINAS, bem como os relatórios, comissões e consultas públicas, encontram-se organizados a partir do link da página institucional que além de disponibilizar o conjunto de dados abertos, apresenta conteúdos sobre a temática e o histórico detalhado dos trabalhos realizados. [Acesse aqui](#)

III - OBJETIVOS

Objetivo Geral

Promover o planejamento, a coordenação e a sustentabilidade da política de abertura de dados no âmbito do IFSULDEMINAS, zelando pelo interesse público, pela publicidade, transparência, eficiência e qualidade da informação. Busca-se, com isso, ampliar a disseminação de dados institucionais em formato aberto, fortalecer a cultura da transparência, apoiar a tomada de decisão dos gestores públicos e incentivar a participação social e o uso estratégico dos dados por toda a sociedade.

Objetivos Específicos

- Identificar e priorizar bases de dados para abertura, atualização ou qualificação, de forma progressiva, sustentável e orientada pela relevância social e institucional;
- Melhorar continuamente a qualidade e a atualização dos dados abertos disponibilizados;
- Estimular o controle social por meio da ampliação do acesso à informação pública;
- Promover a transparência ativa e a interoperabilidade dos sistemas institucionais;
- Facilitar o acesso, uso e reúso dos dados abertos por meio de formatos processáveis por máquina, conforme os padrões definidos pela INDA e pela e-PING;
- Sensibilizar servidores e a sociedade sobre a importância dos dados abertos e seu potencial de uso;
- Fomentar o ecossistema de dados abertos, estimulando a produção de conhecimento, o desenvolvimento de soluções tecnológicas e de iniciativas inovadoras;
- Reduzir demandas por meio da plataforma Fala.BR a partir da disponibilização proativa de informações;
- Contribuir para a eficiência da gestão pública e a geração de valor público, por meio do uso estratégico da informação;
- Apoiar iniciativas de ensino, pesquisa, extensão e inovação com base em dados abertos produzidos pela instituição.
- Incentivar o uso e reúso dos dados abertos por pesquisadores, gestores, estudantes, sociedade civil e demais interessados, promovendo o desenvolvimento de soluções tecnológicas, estudos e análises baseadas em evidências.

IV - CONSTRUÇÃO E EXECUÇÃO DO PLANO DE DADOS ABERTOS

A elaboração do Plano de Dados Abertos (PDA) 2025–2027 do IFSULDEMINAS é resultado da evolução institucional no campo da transparência ativa e da gestão de dados. Com base na experiência acumulada em ciclos anteriores (2018–2020, 2020–2022, 2023–2025), este plano adota uma abordagem orientada por etapas estruturadas, com foco na participação social, na priorização qualificada dos dados e na melhoria contínua das bases disponibilizadas.

A metodologia adotada baseia-se nos seguintes referenciais:

- Resolução nº 3, de 13 de outubro de 2017, do CGINDA;
- Manual de Elaboração de Planos de Dados Abertos (versão atualizada);
- Diretrizes da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA);
- Experiências e relatórios dos ciclos anteriores do PDA no IFSULDEMINAS;
- Boas práticas adotadas por instituições públicas com alto nível de maturidade em dados abertos, como a CGU.

As etapas e ações a serem executadas ao longo da vigência do plano são:

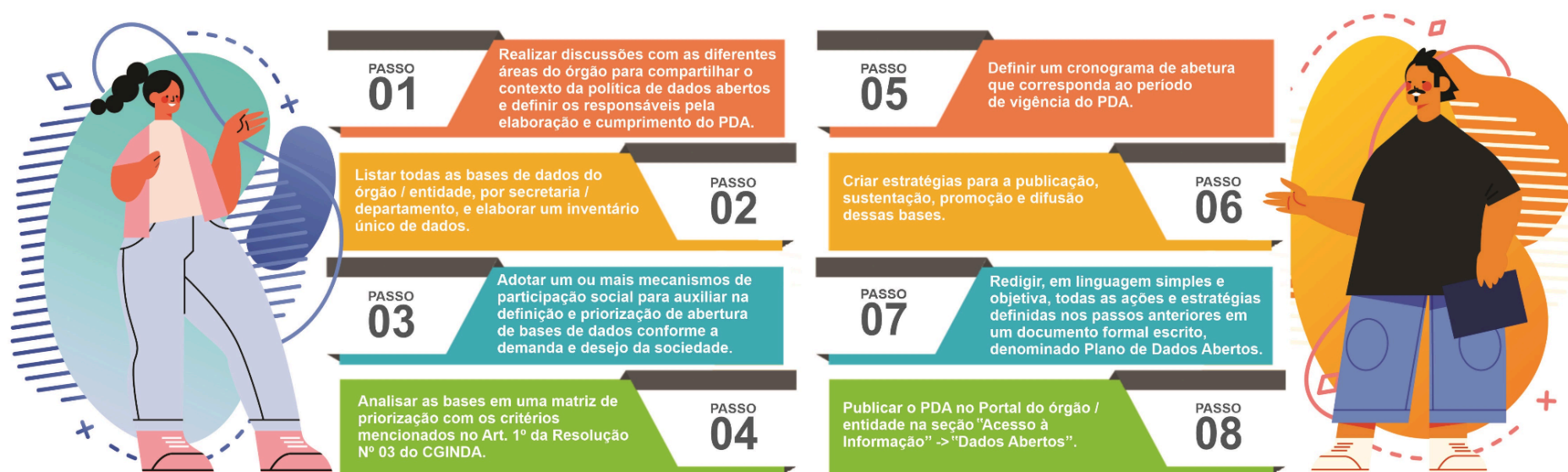
PLANO DE AÇÃO

Ações	Responsável	Prazo
Emissão da Portaria da Comissão de Atualização do PDA - Portaria 383/2025	COI	Publicada em 27/03/2025
1ª - Reunião de Alinhamento da Comissão Responsável	COI	13/05/2025
Publicação da Consulta Pública sobre atualização da base de dados do PDA	Todos da Comissão	Até 14/05/2025
Publicação dos resultados da consulta pública na página institucional	Todos da Comissão	Até 15/06/2025
Levantamento dos assuntos mais recorrentes na Ouvidoria e dos dados mais acessados na página do site institucional	Gabriel (Ouvidoria)	Até 23/05/2025
Definição do Inventário de dados	Todos da Comissão	Até 30/05/2025
Análise da Consulta Pública de atualização da Base de Dados	Todos da Comissão	Até 30/05/2025
2ª - Reunião de acompanhamento dos trabalhos do documento do PDA	Todos da Comissão	Até 30/05/2025
Atualização do novo texto do documento do PDA	Todos da Comissão	Até 30/05/2025
Treinamento, revisão e atualização dos servidores cadastrados no sistema CKAN (DTI)	Todos da Comissão	Disponibilizado
Alterações do Texto Final do PDA	Todos da Comissão	Até 15/06/2025
4ª - Reunião de acompanhamento dos trabalhos do documento do PDA / Revisão do Inventário de Dados	Todos da Comissão	24/07/2025
5º Reunião de Revisão do Inventário do PDA	PROEX	28/07/2025
6ª Reunião de Revisão do Inventário do PDA	DDRI	29/07/2025

Envio do PDA para Aprovação pelo Núcleo de Dados Abertos	COI	Pendente
Divulgação no site institucional	COI	Após aprovação institucional
Publicação do PDA	DTI e Áreas responsáveis	Após aprovação institucional
Revisão das Bases de dados do PDA 2025-2027	Todas as áreas / Coordenado pela COI	2025 a 2027

Nota de atualização em Agosto de 2026: Em decorrência do monitoramento da Política de Dados Abertos realizado pela Controladoria-Geral da União (CGU), foram retomadas as etapas de formalização e publicação do PDA que se encontravam pendentes. O fluxo atualizado para aprovação institucional, publicação, comunicação à CGU e continuidade do ciclo encontra-se estabelecido no **Anexo IV – Cronograma Complementar de Atualização e Formalização do PDA 2025–2027**.

ETAPAS DA CONSTRUÇÃO DO PDA



V - DADOS SELECIONADOS PARA A ABERTURA

A - DEFINIÇÃO DAS BASES CANDIDATAS À ABERTURA

Antes de definir quais bases de dados seriam disponibilizadas à sociedade, o IFSULDEMINAS realizou um levantamento detalhado das informações existentes em seus sistemas e repositórios. Esse mapeamento, denominado Inventário de Dados, permitiu identificar:

- Bases de dados já publicadas;
- Bases ainda não divulgadas;
- Bases com informações sujeitas a sigilo, conforme a legislação vigente.

O Inventário de Dados encontra-se disponível no Anexo I deste Plano e serviu como ponto de partida para o processo de priorização da abertura de dados. A definição das bases candidatas à abertura no âmbito do Plano de Dados Abertos (PDA) 2025–2027 do IFSULDEMINAS levou em consideração os seguintes filtros iniciais:

- Constar no Inventário de Dados do IFSULDEMINAS;
- Não estar ainda catalogada no Portal Brasileiro de Dados Abertos;
- Não apresentar restrições legais de sigilo, ou apresentar restrição parcial passível de descaracterização.

Após essa triagem, foi aplicada uma Matriz de Priorização, instrumento recomendado pela Resolução nº 3/2017 do CGINDA, que permite tomar decisões baseadas em critérios objetivos, transparentes e alinhados com o interesse público. Para isso, foram considerados os Importância dos dados para os cidadãos (Resolução nº 03 CGINDA, Art.1º, I, §1º) - com base na consulta pública, pedidos pela Lei de Acesso à Informação e acessos ao portal institucional;

- Possibilidade de uso dos dados para controle social, por parte de pesquisadores, cidadãos e organizações; (Resolução nº 03 CGINDA, Art.1º, II);
- Obrigação legal de divulgar determinadas informações públicas;(Resolução nº 03 CGINDA, Art.1º, III);
- Alinhamento com os projetos estratégicos da instituição e do governo; (Resolução nº 03 CGINDA, Art.1º, IV);
- Capacidade dos dados de demonstrar resultados concretos de políticas públicas;

- Contribuição dos dados para o desenvolvimento sustentável;(Resolução nº 03 CGINDA, Art.1º, VI);
- Potencial para gerar inovação, negócios e soluções pela sociedade; (Resolução nº 03 CGINDA, Art.1º, VII);
- Frequência com que os dados são solicitados por canais oficiais de atendimento ao cidadão, como a Ouvidoria e a LAI. (Resolução nº 03 CGINDA, Art.1º, VIII);

B - ANÁLISE INTEGRADA DE DEMANDAS PARA A ABERTURA DE DADOS NO PDA 2025-2027

Para fundamentar a definição das bases de dados candidatas à abertura no Plano de Dados Abertos 2025–2027 do IFSULDEMINAS, a comissão realizou uma escuta ativa estruturada com base em três fontes complementares e estratégicas. A escolha por essa abordagem integrada visou garantir que o processo de priorização da abertura de dados esteja alinhado tanto às necessidades declaradas pela comunidade aliada a matriz de priorização estabelecida no item C.

As três fontes utilizadas foram:

- **Consulta Pública**, conduzida entre 14 de maio de 2025 a 23 de maio de 2025, por meio de um questionário eletrônico amplamente divulgado nos canais oficiais da instituição. A ação teve por objetivo identificar, a partir de consulta via formulário online, quais categorias de dados deveriam ser priorizadas e como os dados abertos poderiam ser usados ou reutilizados pela comunidade;
- **Monitoramento de Acessos ao Portal Institucional**, com dados fornecidos pela Diretoria de Comunicação (DICOM), abrangendo o período de janeiro de 2023 a maio de 2025. As informações foram obtidas por meio das plataformas Google Analytics e Joomla, que permitiram identificar os conteúdos mais visualizados pelo público externo, refletindo as áreas de maior interesse e relevância percebida pelos usuários no ambiente digital da instituição.
- **Pedidos de Acesso à Informação via sistema [Fala.BR](#) da Ouvidoria**, sistematizados com base nas solicitações registradas na plataforma **Fala.BR**, também no período de **janeiro de 2023 a maio de 2025**, evidenciando os temas mais recorrentes nas demandas formais da sociedade.

Essa triangulação de dados forneceu subsídios para a aplicação da Matriz de Priorização, conforme recomenda a Resolução nº 03/2017 do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA), assegurando que os critérios adotados estejam ancorados no interesse público, na viabilidade técnica e na legislação vigente.

PARTE 1 – A CONSULTA PÚBLICA

A consulta pública ([link](#)) foi conduzida entre 14 de maio de 2025 a 23 de maio de 2025 , com ampla divulgação nos canais oficiais da instituição, incluindo o site institucional, as redes sociais do IFSULDEMINAS e e-mails institucionais. A proposta buscou alinhar o Plano de Dados Abertos 2025–2027 às necessidades da comunidade acadêmica e da sociedade em geral, promovendo a participação cidadã e fortalecendo a transparência pública.

1. Perfil dos Respondentes

- Total de respostas recebidas: 29
- Técnico Administrativo: 58,6%
- Professor: 37,9%
- Outro/Indefinido: 3,4%

2. Conhecimento sobre o Portal

- 48% conhecem o portal de dados abertos;
- 71% dos que conhecem o avaliaram como satisfatório;
- 52% não conhecem ou não souberam opinar.

3. Conhecimento sobre uso e reuso de dados

- 59% nunca ouviram falar sobre o conceito;
- 13% relataram experiências práticas de reuso;
- A maioria não soube responder.

4. Categorias mais citadas como prioritárias para abertura

Categoria	Ocorrências	% dos Respondentes
Dados de Ensino	25	86,2%
Dados de Administração	23	79,3%
Dados de Inovação	21	72,4%
Dados de Processos Seletivos	18	62,1%
Dados de Assistência Estudantil	13	44,8%

5. Formatos sugeridos

- Infográficos, gráficos, plataformas web intuitivas, APIs e vídeos curtos explicativos.

6. Barreiras identificadas

- Baixo conhecimento técnico sobre dados abertos;
- Linguagem técnica dos documentos;
- Dificuldade de aplicar os dados no cotidiano.

7. Recomendações

- Fortalecer campanhas educativas e informativas;
 - Adotar linguagem simples nos materiais;
 - Priorizar categorias de maior interesse;
 - Integrar as demandas ao Plano de Dados Abertos.
-

PARTE 2 – ANÁLISE DE INTERESSE PÚBLICO COM BASE NOS DADOS DE ACESSO

Com base nos dados fornecidos pela Diretoria de Comunicação (DICOM), oriundos do monitoramento contínuo dos acessos ao portal institucional entre **janeiro de 2023 e maio de 2025**, foi possível identificar os conteúdos de maior interesse do público externo. Esse monitoramento foi realizado por meio das plataformas **Google Analytics** e **Joomla**, que fornecem dados consolidados de tráfego e visualizações de páginas, possibilitando o cruzamento com os temas apontados pela comunidade na consulta pública.

Página / Documento	Acessos	Categoria Associada
Vestibular	4.177.674	Processo Seletivo
Webgiz (Ambiente Virtual)	686.030	Ensino / Tecnologia
Editais – Reitoria	483.561	Administração /Publicações

Edital 01/2025 – Pós-Graduação	426.804	Pós-graduação / Ensino
Portal do Aluno	426.356	Ensino / Serviços Estudantis
Auxílio Estudantil	354.179	Assistência Estudantil / PROEN
Edital 213/2024 – Cursos Técnicos Integrados	353.264	Ensino Técnico / Processo Seletivo
Cursos FICs	351.975	Formação Inicial e Continuada

Síntese: A convergência entre os temas mais acessados no site e as demandas levantadas na consulta pública confirma que ensino, processos seletivos e assistência estudantil são as áreas de maior interesse público.

PARTE 3 – ANÁLISE DOS PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO (OUVIDORIA)

O levantamento das demandas recebidas pela Ouvidoria foi realizado com base nos pedidos registrados na plataforma Fala.BR, no período de **janeiro de 2023 a maio de 2025**. A sistematização dessas solicitações permitiu identificar os temas mais frequentes requisitados pela sociedade via Lei de Acesso à Informação (LAI), complementando a análise das demais fontes.

2. Temas mais demandados

Assunto	Quantidade	% do Total
Gestão de Pessoas	42	22,2%
Outros em Pesquisa e Desenvolvimento	20	10,6%
Planejamento e Gestão	16	8,5%
Outros em Educação	11	5,8%
Processo Seletivo	9	4,8%

Síntese: A área de Recursos Humanos lidera as solicitações com mais de um quinto dos pedidos, indicando o interesse por concursos, cargos, lotações e gestão de pessoas. Em seguida, aparecem temas de pesquisa, planejamento e processos seletivos.

Recomendação: integrar essas temáticas ao Plano de Dados Abertos, promovendo visualizações públicas e sessões temáticas no portal com informações atualizadas.

CONCLUSÃO

Com base na análise integrada das três fontes – consulta pública, monitoramento dos acessos ao portal institucional e pedidos de acesso à informação via Ouvidoria – foi possível identificar convergências temáticas que expressam com clareza os principais interesses do público em relação à transparência e ao acesso a dados.

A construção da **Matriz de Priorização** seguirá os critérios estabelecidos pela **Resolução nº 3/2017 do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA)**. A seguir, apresentamos a **tabela preliminar das categorias priorizadas**, a ser usada como base para a construção da Matriz de Priorização:

Categoria de Dados	Consulta Pública	Acessos ao Portal	Pedidos na Ouvidoria	Priorização Recomendada
Ensino	Alta	Alta	Média	Prioritária
Serviços Estudantis	Alta	Alta	Média	Prioritária
Processos Seletivos	Alta	Muito Alta	Média	Prioritária
Assistência Estudantil	Média	Alta	Baixa	Prioritária
Recursos Humanos	Baixa	Média	Alta	Prioritária

Administração Geral	Alta	Alta	Média	Prioritária
Inovação e Pesquisa	Alta	Média	Média	Secundária
Planejamento e Gestão	Média	Baixa	Média	Secundária

Essa estrutura subsidiou a análise das bases de dados e a definição da estratégia institucional adotada para o ciclo 2025–2027, considerando os interesses e necessidades da sociedade e os limites legais e operacionais da instituição.

C - MATRIZ DE PRIORIZAÇÃO

Com o objetivo de melhor atender às demandas da sociedade por dados, otimizar os esforços envolvidos na abertura de bases e assegurar o cumprimento dos requisitos estabelecidos na Resolução nº 3/2017 do CGINDA, foi elaborada uma matriz de priorização. A partir dos dados da consulta pública, dos dados da Ouvidoria, dos acessos mais frequentes da página institucional e da análise do Anexo I - Inventário de Dados do IFSULDEMINAS foi possível identificar as bases de dados. A partir dessa escuta ativa, foi possível organizar e hierarquizar os temas conforme sua relevância, impacto e viabilidade, compondo assim a matriz de priorização que orientará a abertura e disponibilização dos dados no período vigente do Plano.

A partir da Matriz de Priorização adotada, o IFSULDEMINAS estruturou sua metodologia com base em três eixos principais: **Oferta, Demanda e Esforço Operacional**.

- **Oferta** refere-se à disponibilidade das bases de dados que a instituição pode publicar durante a vigência do Plano de Dados Abertos (PDA).
- **Demanda** considera o interesse público, conforme critérios definidos no artigo 1º do Anexo da Resolução INDA nº 03/2017, com pesos previamente atribuídos a cada item.
- **Esforço Operacional** avalia a capacidade das áreas envolvidas em alocar recursos humanos para disponibilizar cada base de dados.

A pontuação atribuída a cada critério é fundamental para a construção da matriz de priorização, pois determina o grau de relevância das bases avaliadas. A definição do valor do peso para a matriz de priorização foi feita com base na avaliação do grau de importância (máximo 5 pontos) somado ao esforço operacional (máximo 3 pontos) e dividido por 2.

QUADRO 1 - CRITÉRIOS DE RELEVÂNCIA PARA A MATRIZ DE PRIORIZAÇÃO		
Critérios para a priorização da abertura de dados	Detalhes, orientações e fundamentos	Grau de importância
I - Grau de relevância para o cidadão	Considera o interesse direto da sociedade, evidenciado por meio de consulta pública, atendimentos realizados via Fala.br e acessos à página institucional.	3
II - Estímulo ao controle social	Refere-se à possibilidade de que cidadãos, organizações, acadêmicos e instituições públicas utilizem as bases de dados para produção de conhecimento, desenvolvimento de novos serviços e fortalecimento da participação social. Fundamentado nos “5 motivos para abertura de dados na Administração Pública” (TCU).	3
III - Obrigatoriedade legal/compromisso assumido de disponibilização da base de dados	Considera os compromissos legais e institucionais demonstrados no processo de levantamento do PDA. Utiliza-se como referência o Anexo II, incluindo normativos vigentes e obrigações legais relacionadas à transparência.	5
IV - Facilidade de disponibilização daquele dado	Avalia a maturidade da base em relação à sua estruturação e à periodicidade de atualização. Considera se a base está pronta para abertura imediata ou se exige	4

	ajustes mínimos.	
V - Refere-se a projetos estratégicos do governo	Considera o alinhamento da base de dados aos projetos estratégicos da instituição, conforme previsto no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) vigente.	3
VI - Demonstrar resultados diretos e efetivos dos serviços públicos	Avalia se a base permite mensurar a efetividade e os resultados alcançados com as políticas públicas e serviços ofertados, conforme previsto no Art. 2º da Resolução INDA nº 3/2017.	3
VII - Capacidade de fomento ao desenvolvimento sustentável	Considera se a abertura da base pode contribuir para políticas públicas sustentáveis, gerando benefícios econômicos e sociais com menor custo para o Estado. Fundamentado no item 5 do documento “5 motivos para abertura de dados na Administração Pública” (TCU).	3
VIII - Possibilidade de fomento a novos negócios na sociedade	Considera o potencial da base de dados para estimular a inovação, o empreendedorismo e o desenvolvimento de soluções tecnológicas ou serviços baseados em dados públicos.	3
IX - Mais solicitados em transparência passiva	Considera as bases de dados mais demandadas via ouvidoria (Fala.br), evidenciando lacunas na transparência ativa e a necessidade de publicação proativa com base no interesse recorrente da sociedade.	4

QUADRO 2 - MEDIDAS DE ESFORÇO OPERACIONAL		
Descrição	Categoria da viabilidade	Pontuação
Pouco esforço para disponibilizar a base de dados	Alta	3
Médio esforço para disponibilizar a base de dados	Média	2
Alto esforço para disponibilizar a base de dados	Baixa	1

Não se aplica para o “critério no contexto da demanda”	NA	0
--	----	---

Resultado da análise integrada e estratégia adotada para o ciclo 2025-2027

Considerando o diagnóstico realizado durante a elaboração do Plano de Dados Abertos 2025-2027, bem como a análise do inventário institucional, da consulta pública, das demandas de acesso à informação e da maturidade das bases atualmente disponibilizadas, o IFSULDEMINAS definiu como estratégia para este ciclo a consolidação da governança das bases de dados já publicadas.

Essa decisão está diretamente relacionada ao processo de transformação digital vivenciado pela instituição nos últimos anos. A partir da implantação do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), em 2018, o IFSULDEMINAS iniciou uma ampla reestruturação de seus processos administrativos e acadêmicos, com a gradativa digitalização de procedimentos, integração de informações e substituição de sistemas anteriormente utilizados.

Esse movimento foi intensificado a partir de 2021, em razão da consolidação dos processos eletrônicos e da contínua adoção de plataformas estruturantes do Governo Federal, como o Compras.gov.br (antigo Comprasnet), o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o Transferegov.br, além de outras soluções corporativas que passaram a concentrar informações anteriormente mantidas em sistemas próprios ou descentralizados. Esse cenário resultou em alterações significativas na origem, estrutura, forma de coleta, processamento e disponibilização dos dados institucionais.

Os estudos realizados durante a elaboração deste Plano evidenciaram que, diante desse contexto de transformação, a prioridade institucional deve concentrar-se na sustentação das bases de dados existentes, assegurando sua consistência, padronização, interoperabilidade, atualização periódica, qualidade dos metadados e estabilidade dos processos de publicação. Essa estratégia busca garantir que os dados atualmente disponibilizados atendam aos princípios de confiabilidade, integridade, completude e reutilização previstos na Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, antes da ampliação do quantitativo de conjuntos publicados.

Dessa forma, o presente PDA não contemplará a abertura de novos conjuntos de dados, priorizando ações voltadas à revisão, atualização, padronização, melhoria da qualidade dos metadados, automatização dos processos de disponibilização e fortalecimento dos fluxos de gestão das bases existentes.

As novas oportunidades de abertura identificadas durante o processo de construção deste Plano permanecerão registradas como carteira institucional de evolução da Política de Dados Abertos e serão reavaliadas no próximo ciclo do PDA, considerando a maturidade das informações, a consolidação dos processos decorrentes da transformação digital, a capacidade operacional das áreas responsáveis e as diretrizes vigentes da Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal.

VI - O PROCESSO DE CATALOGAÇÃO

As bases de dados priorizadas para publicação em formato aberto pelo IFSULDEMINAS continuam catalogadas no Portal Brasileiro de Dados Abertos (dados.gov.br) e na página institucional de dados abertos (<https://dados.ifsuldeminas.edu.br>), em conformidade com os princípios de publicidade, transparência e legalidade da Administração Pública.

A gestão desse processo foi conduzida pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), por meio da Coordenação de Desenvolvimento de TI, com o apoio da equipe de sistemas. O portal institucional de dados abertos utiliza a plataforma CKAN como solução tecnológica, e, desde PDAs anteriores, foram desenvolvidos mecanismos de integração entre o CKAN e os sistemas institucionais, possibilitando a atualização automatizada dos conjuntos de dados e vocabulários.

A catalogação e a manutenção das bases observarão os cronogramas de atualização e qualificação estabelecidos neste PDA e deverão seguir as seguintes premissas e requisitos mínimos de qualidade:

- Priorizar a publicação de dados de maior relevância para a sociedade, no menor prazo possível, em formato aberto e não proprietário, informando eventuais limitações de qualidade.
- Assegurar a atualização contínua e sincronizada dos dados com as fontes de origem, com a menor periodicidade e maior granularidade tecnicamente viáveis.
- Realizar, sempre que possível, a sincronização automática dos dados, em especial para sistemas estruturantes, promovendo ganhos de eficiência e confiabilidade.
- Utilizar como canais de disseminação:
 - O Portal Brasileiro de Dados Abertos, como repositório central;
 - A página institucional de dados abertos do IFSULDEMINAS, no link <https://dados.ifsuldeminas.edu.br>.

Cada conjunto de dados publicado deverá conter, no mínimo, os seguintes metadados, conforme exigido pelo Portal Brasileiro de Dados Abertos: nome do conjunto de dados; organização (IFSULDEMINAS); título; descrição; licença de uso; periodicidade de atualização;

área técnica responsável; e-mail de contato da área responsável; palavras-chave; versão; temas; cobertura temporal (início e fim); cobertura espacial; granularidade da cobertura espacial; título do recurso; descrição do recurso; tipo de recurso; URL de acesso; e formato do arquivo.

As bases de dados deverão seguir os padrões e diretrizes estabelecidos pela e-PING, INDA (Infraestrutura Nacional de Dados Abertos), INDE (Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais), e políticas de Governo Eletrônico. Nos casos de dados geoespacializados, deve-se observar as normas da INDE, bem como realizar sua catalogação no repositório correspondente. Sempre que aplicável, promover a integração entre os catálogos da INDA e da INDE, de modo a favorecer a interoperabilidade.

Todos os dados publicados devem observar critérios relacionados às seguintes dimensões de qualidade: intrínseca, que se refere à exatidão, completude e consistência dos dados; contextual, que envolve a relevância e a atualidade da informação conforme o uso pretendido; representacional, relacionada à clareza, legibilidade e organização dos dados; e acessibilidade, que diz respeito à disponibilização em formato aberto, com usabilidade adequada para os diversos perfis de usuários.

O compromisso de abertura de dados será formalizado por meio de documento que identificará a área técnica responsável pela base de dados. Caberá a essa área autorizar a publicação dos dados, avaliar a necessidade de controle de acesso, e garantir que as bases disponibilizadas não contenham informações protegidas por sigilo legal ou dados pessoais identificáveis. Nos casos em que a base contenha dados sensíveis, a área responsável deverá adotar medidas adequadas de anonimização, visando impedir a identificação direta ou indireta dos indivíduos referenciados. Essas medidas podem incluir a exclusão ou o mascaramento de atributos como nome, CPF, número de telefone, entre outros identificadores, conforme estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

VII - SUSTENTAÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE

A divulgação das ações previstas no Plano de Dados Abertos do IFSULDEMINAS para o biênio 2025–2027 será realizada por meio de estratégias de comunicação que garantam a transparência, a visibilidade das informações publicadas e o engajamento da sociedade no uso e aprimoramento das bases disponibilizadas.

As ações de comunicação serão executadas com o apoio da Diretoria de Comunicação (DICOM), utilizando os meios institucionais disponíveis, conforme a natureza da informação a ser divulgada:

- Sítio institucional: as publicações ocorrerão na página principal do IFSULDEMINAS, na forma de notícias e banners informativos, além da manutenção e atualização da página específica de Dados Abertos, que servirá como repositório oficial das bases disponibilizadas;
- Mídias sociais oficiais: serão utilizadas para ampliar o alcance das informações, com publicações em formatos diversos, como textos, cards, vídeos, entrevistas e reportagens sobre o uso e os benefícios dos dados abertos;
- Boletins e comunicados internos: circulares e e-mails institucionais serão utilizados para comunicar à comunidade interna os marcos e etapas da execução do PDA;
- Eventos institucionais: a participação em eventos, semanas de ciência e tecnologia, seminários internos e capacitações será utilizada como oportunidade para divulgar o plano e sensibilizar servidores e estudantes sobre a importância dos dados abertos.

Também serão estimuladas ações para o fomento ao reuso dos dados abertos publicados, como oficinas, publicações de casos de uso, divulgação de dashboards e estímulo à criação de produtos cívicos baseados nas bases institucionais. Além disso, o IFSULDEMINAS disponibiliza canais abertos para o diálogo com a sociedade. Qualquer cidadão pode se manifestar quanto ao PDA por meio da plataforma Fala.BR, da Ouvidoria do IFSULDEMINAS ou do canal institucional Fale Conosco. Por esses meios, é possível:

- Oferecer sugestões de melhoria;
- Indicar novas bases de interesse público;
- Reportar inconsistências técnicas ou de conteúdo nos dados publicados;
- Enviar solicitações específicas no âmbito da transparência pública.

Gestão de Riscos

A gestão de riscos no contexto do Plano de Dados Abertos (PDA) é essencial para assegurar que a disponibilização de dados ocorra de forma responsável, alinhada aos princípios da transparência, da proteção à privacidade e da segurança da informação. O processo tem início com a identificação dos riscos potenciais, tais como o vazamento de informações pessoais ou sigilosas, o uso indevido de dados públicos e a violação de direitos dos titulares. Na análise dos riscos, são levantadas as ameaças e vulnerabilidades relacionadas às bases de dados, bem como as possíveis consequências, a probabilidade de ocorrência e a existência (ou não) de controles eficazes.

A avaliação dos riscos permite classificá-los de acordo com sua criticidade, priorizando aqueles que exigem atenção imediata antes da publicação dos dados. Essa avaliação está alinhada ao objetivo estratégico de assegurar a sustentabilidade institucional e a promoção da

transparência ativa, conforme estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente. Como referência, o Tribunal de Contas da União (TCU), no processo TC 005.003/2014-8, identificou riscos inerentes à abertura de dados, agrupando-os em três grandes categorias, que norteiam a presente metodologia:

ID	Grupos dos riscos	Detalhes
G1	Custo da disponibilização continuada dos dados	Refere-se à disponibilidade dos recursos necessários para execução efetiva do trabalho, em síntese é o grau de esforço que a instituição terá para realizar o trabalho.
G2	Qualidade, utilidade e usabilidade dos dados	Refere-se a validade, relevância, confiança e a inteligibilidade dos dados abertos.
G3	Privacidade e proteção dos dados pessoais	Refere-se a garantia da anonimização e ao adequado tratamento das informações pessoais que deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

Para cada risco identificado, foram avaliados dois fatores: **probabilidade de ocorrência** e **impacto caso ocorra**, ambos classificados em uma escala de 1 (muito baixo) a 5 (muito alto). A severidade do risco é obtida pela multiplicação desses dois fatores. O resultado é representado na **Matriz de Riscos**, permitindo visualizar o perfil de cada risco e definir a prioridade de tratamento antes da abertura dos dados.

GRAU PROBABILIDADE	DE DEFINIÇÃO ¹
1 – Raro	• Chance muito rara de acontecer o evento; • São raros os casos práticos onde se percebe a ocorrência deste tipo de evento; • Estima-se em menor que 5% a chance deste evento de risco ocorrer.
2 - Pouco Provável	• Esporadicamente observa-se a ocorrência deste tipo de evento; • Estima-se entre 5 e 30% a chance deste evento de risco ocorrer.
3 - Provável	• É comum a ocorrência deste tipo de evento; • Estima-se entre 30 e 70% a chance deste evento de risco ocorrer.
4 - Muito Provável	• Grande probabilidade de acontecer o evento; • São bastantes frequentes os casos práticos onde se percebe a ocorrência deste tipo de evento; • Estima-se entre 70 e 90% a chance deste evento de risco ocorrer.
5 - Praticamente certo	• Probabilidade altíssima de acontecer o evento; • Estima-se em maior que 90% a chance deste evento de risco ocorrer.

No contexto do impacto, foram considerados os seguintes aspectos:

GRAU DE IMPACTO	DEFINIÇÃO ²
1 – Muito baixo	Um evento que, se ocorrer, não produz efeito na operação

¹ Baseado no PDA - MEC 2020/2021

² Baseado no PDA - MEC 2020/2021

2 - Baixo	Um evento que, se ocorrer, causa apenas um pequeno aumento de custos ou atraso operacional. Os requerimentos podem ser cumpridos.
3 - Médio	Um evento que, se ocorrer, causar impacto moderado em processo, mas funções importantes ainda assim são executadas.
4 - Alto	Um evento que, se ocorrer, pode causar grande impacto em um processo. Requerimentos secundários podem não ser atingidos.
5 - Muito alto	Um evento que, se ocorrer, pode causar a falha total de um processo. Incapacidade de atingir um mínimo aceitável dos requerimentos.

A Matriz de Risco terá a seguinte configuração:

MATRIZ DE RISCOS			PROBABILIDADE				
			1	2	3	4	5
			Raro	Pouco Provável	Provável	Muito Provável	Praticamente certo
IMPACTO	5	Muito Alto	5	10	15	20	25
	4	Alto	4	8	12	16	20
	3	Médio	3	6	9	12	15
	2	Baixo	2	4	6	8	10
	1	Muito Baixo	1	2	3	4	5

SEVERIDADE = PROBABILIDADE X IMPACTO	
1 a 4	Baixo
5 a 10	Médio
11 a 18	Alto
19 a 25	Extremamente Alto

A Matriz de Riscos é uma ferramenta que permite aos gestores mensurar, avaliar e ordenar os eventos de riscos que podem afetar o alcance dos objetivos do plano e consequentemente os objetivos estratégicos do IFSULDEMINAS.

MATRIZ DE RISCOS										
ID do Risco	Risco Estratégico	Categoria	Tipo	Grupo TCU	Probabilidade (1-5)	Impacto (1-5)	Severidade (P x I)	Nível de Risco	Medida de Tratamento Proposta	Setor Responsável
R1	Capacidade institucional limitada (RH e conhecimento sobre dados abertos)	Interno	Pessoas	G2	4	3	12	Alto	Programas de capacitação e designação formal de responsáveis	Gestão de Pessoas / Setores Técnicos
R2	Descontinuidade institucional e falta de	Interno	Governança	G2	3	4	12	Alto	Incluir o PDA nos instrumentos de	DDRI

	patrocínio pela alta gestão								planejamento institucional - PDI	
R3	Limitações técnicas e tecnológicas para manter e disponibilizar os dados	Interno	Sistemas	G2	3	5	15	Alto	Investimento em infraestrutura e uso de soluções compatíveis com padrões abertos	DTI
R4	Risco de violação à LGPD por publicação indevida de dados pessoais ou sensíveis	Interno	Segurança da Informação	G3	2	5	10	Médio	Aplicação de anonimização, validação jurídica e revisão prévia dos dados	Setores Técnicos
R5	Abertura de dados incompletos, desatualizados ou sem valor para o usuário	Interno	Qualidade de Dados	G2	4	4	16	Alto	Estabelecer critérios de seleção, periodicidade e validação de qualidade	Setores Técnicos
R6	Falta de critérios claros para priorização dos dados a serem abertos	Interno	Governança	G2	3	5	15	Alto	Elaborar e divulgar matriz de priorização com critérios objetivos e públicos	Comissão PDA

R7	Disponibilização de dados abertos inutilizáveis, ininteligíveis ou sem contexto adequado	Interno	Governança	G2	3	5	15	Alto	Aplicar validação técnica e de linguagem antes da publicação; incluir documentação mínima	Comissão PDA / Setores Técnicos
----	--	---------	------------	----	---	---	----	------	---	---------------------------------

AÇÕES MITIGADORAS DOS RISCOS IDENTIFICADOS				
ID do Risco	Severidade	Possíveis Situações	Ação Mitigadora	Responsabilidade
R1	12	Falta de equipe capacitada ou desconhecimento sobre dados abertos	Realizar capacitações internas contínuas e designar formalmente os responsáveis pelo PDA	Gestão de Pessoas / Setores Técnicos
R2	12	Troca na gestão institucional ou baixa priorização política do tema	Inserir o PDA no PDI e nos instrumentos de gestão estratégica, garantindo continuidade	DDRI

R3	15	Sistemas obsoletos ou falta de infraestrutura tecnológica	Realizar diagnóstico técnico e planejar investimentos em soluções de dados abertos	DTI
R4	10	Ausência de anonimização ou falhas na validação dos dados sensíveis	Implementar rotinas de anonimização e validação jurídica dos dados antes da publicação	Todos os setores
R5	16	Dados incompletos, sem revisão ou desatualizados	Consolidar fluxos de revisão periódica, validar dados com responsáveis e definir responsáveis	Setores Técnicos
R6	15	Falta de diretrizes claras sobre quais dados abrir primeiro	Desenvolver e adotar matriz de priorização com critérios objetivos e pactuados	Comissão PDA
R7	15	Dados disponibilizados sem contexto, dificultando compreensão e uso	Exigir metadados completos, glossários e contexto descritivo para cada base publicada	Comissão PDA / Setores Técnicos

Melhoria Contínua dos dados

Considerando que a Comissão de Atualização do PDA possui vigência limitada, suas ações de avaliação e monitoramento da qualidade dos dados publicados serão concentradas durante o período de elaboração e consolidação do Plano vigente. Nesse período, a Comissão do PDA será responsável por:

- Avaliar a qualidade das bases de dados priorizadas e publicadas;
- Monitorar o cumprimento dos cronogramas de atualização e qualificação das bases;
- Corrigir eventuais falhas ou inconsistências identificadas;
- Levantar, com base nas manifestações registradas no SIC e na Ouvidoria, sugestões e demandas sociais por novas bases de dados.

Após a conclusão dos trabalhos da Comissão e durante a vigência do Plano, as áreas responsáveis por cada base publicada poderão realizar ajustes e melhorias pontuais nos dados disponibilizados, desde que tais alterações não extrapolem os limites previamente estabelecidos no Plano de Dados Abertos aprovado.

Essas melhorias pontuais deverão ser devidamente registradas pelas áreas responsáveis e encaminhadas como subsídio para o trabalho das futuras comissões de atualização do PDA, fortalecendo o processo de melhoria contínua e o aperfeiçoamento progressivo da política de dados abertos no IFSULDEMINAS.

A melhoria contínua será, portanto, estruturada de forma cíclica e integrada aos ciclos de elaboração e revisão do PDA, contando com a participação da autoridade de monitoramento da Lei de Acesso à Informação (LAI) na instituição. Tal abordagem assegura o alinhamento com os princípios da publicidade e da eficiência administrativa, conforme as diretrizes da Controladoria-Geral da União (CGU) e da Estratégia de Governo Digital.

Monitoramento e Controle

O monitoramento e o controle da execução do Plano de Dados Abertos do IFSULDEMINAS envolvem, entre outras atribuições, a elaboração de um relatório anual de acompanhamento, a ser publicado a cada doze meses a partir da vigência do plano. Esse relatório deverá apresentar:

- Um balanço das ações realizadas em relação aos cronogramas de atualização e qualificação das bases de dados;
- A verificação da publicação dos dados e metadados previstos no Portal Brasileiro de Dados Abertos e na seção específica de Dados Abertos do IFSULDEMINAS;
- As eventuais modificações realizadas nas bases ou nos processos, que ensejem ajustes e/ou a produção de novas versões do Plano.

A responsabilidade pela elaboração do relatório passa pela ciência do reitor. As atividades da comissão, entretanto, dependem diretamente da colaboração das áreas responsáveis pelas bases de dados, que devem manter as informações atualizadas e apoiar a curadoria dos conjuntos disponibilizados. As ações de curadoria atribuídas aos membros da Comissão, no âmbito de seus respectivos setores, incluem:

- O monitoramento do cumprimento dos cronogramas de atualização e qualificação das bases;
- A verificação da disponibilidade e atualização das bases já catalogadas;
- A conferência quanto à adequação dos dados aos padrões estabelecidos pela INDA e, quando aplicável, pela INDE;
- A padronização da nomenclatura das bases, conforme definida no PDA;
- A proposição de melhorias que contribuam para a qualidade dos dados abertos.

Todas as informações, experiências e ajustes acumulados ao longo da execução deste Plano servirão como base para a elaboração do próximo PDA, fortalecendo o ciclo contínuo de aperfeiçoamento da política de dados abertos do IFSULDEMINAS.

ANEXO I - INVENTÁRIO DE DADOS

INVENTÁRIO DE DADOS DO IFSULDEMINAS									
NOME DO CONJUNTO DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DO CONJUNTO	UNIDADE RESPONSÁVEL PELO CONJUNTO	DISPONÍVEL EM DADOS.GOV.BR e CKAN IFSULDEMINAS?	POLÍTICA PÚBLICA RELACIONADA, QUANDO APLICÁVEL	POSSUI CONTEÚDO SIGILOSO?	PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO -Referência Julho	OBSERVAÇÃO	DICIONÁRIO DE DADOS	
Portarias Administrativas	Dados sobre a publicação das portarias administrativas emitidas pelo gabinete da Reitoria	Gabinete	Sim (Ckan) (Dados.gov)	Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI), Decreto nº 8.777/2016 – Política de Dados Abertos e Constituição Federal de 1988 – Art. 37, caput e §1º	Não	Anual - atualizado todo mês de julho	A planilha é dinâmica e pode ser acessada anualmente		
Vestibular	Informações sobre os vestibulares da instituição como relação candidato/vaga e aprovados por curso.	PROEN (5 conjuntos)	Sim (Ckan , Dados.gov)	Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI), Decreto nº 8.777/2016 – Política de Dados Abertos e Constituição Federal de 1988 – Art. 37, caput e §1º	Não	Anual			
Alunos	Relação de Alunos Matriculados na Instituição no sistema acadêmico SUAP		Sim (Ckan e Dados.gov)		Não	Anual			
Normativa Docente	Informações sobre planos de atividade docente		Sim (Ckan e Dados.gov)		Não	Anual			

Cursos Ofertados	Relação dos Cursos ofertados pelo IFSULDEMINAS		Sim (Ckan e Dados.gov)		Não	Anual		
Auxílio Estudantil	Dados de Assistência Estudantil		Sim (Ckan , Dados.gov)		Não	Anual		
Cargos Vagos e Ocupados	Informações sobre: nome do cargo, classe, quantidade vaga, quantidade ocupada e quantidade total.	PROGEP (4 conjuntos)	Sim (Ckan , Dados.gov)	Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI), Decreto nº 8.777/2016 – Política de Dados Abertos e Constituição Federal de 1988 – Art. 37, caput e §1º	Não	Mensal		
Setores	Relação de Setores da Instituição		Sim (Ckan , Dados.gov)		Não	Anual		
Servidores	Relação de Servidores da Instituição		Sim (Ckan , Dados.gov)		Não	Anual		
Unidades Organizacionais	Informações das unidades organizacionais do IFSULDEMINAS		Sim (Ckan , Dados.gov)		Não	Anual		
Obras	Obras em realização pelo IFSULDEMINAS.	DDRI (3 conjuntos)	Sim (Ckan , Dados.gov)	Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI), Decreto nº 8.777/2016 – Política de Dados Abertos e Constituição Federal de 1988 – Art. 37, caput e §1º	Não	Anual		
Protocolo	Relação dos Processos que tramitam na Instituição		Sim (Ckan , Dados.gov)		Não	Anual		
Patrimônio	Relação do		Sim (Ckan , Dados.gov)		Não	Anual		

	Patrimônio do IFSULDEMINAS		Dados.gov)					
Contratos	Relação dos Contratos firmados com a Instituição	PROAD conjuntos) (3	Sim (Ckan , Dados.gov)		Não	Anual		
Orçamento	Dados da execução orçamentária do IFSULDEMINAS		Sim (Ckan , Dados.gov)		Não	Anual		
Financeiro	Relação de Financeiro do IFSULDEMINAS		Sim (Ckan , Dados.gov)		Não	Anual		
Cursos - Extensão	Cursos Realizados pela Extensão	PROEX conjuntos) (3	Sim (Ckan , Dados.gov)	Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI), Decreto nº 8.777/2016 – Política de Dados Abertos e Constituição Federal de 1988 – Art. 37, caput e §1º	Não	Anual		
Projetos de Extensão	Informações sobre os Projetos de Extensão.		Sim (Ckan , Dados.gov)		Não	Anual		
Eventos - Extensão	Eventos de Extensão		Sim (Ckan , Dados.gov)		Não	Anual		
Processos Correicionais	Identificação dos processos correicionais (Investigação Preliminar Sumária, Sindicância Acusatória Lei 8.745/93, Exame de Admissibilidade ou Processo	COI - Coordenação de Integridade e Controle Interno (2 conjuntos)	Sim (Ckan , Dados.gov)		Não	Anual		

	Administrativo Disciplinar conforme unidade instaurada e status/decisão)							
Ouvidoria	Atendimento da Ouvidoria		Sim (Ckan , Dados.gov)		Não	Anual		
Portfólio de Investimentos	Portfólio de Investimentos	DTI	Sim (Ckan , Dados.gov)		Não	Anual		

ANEXO II – CRONOGRAMA DE ATUALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DAS BASES DE DADOS

Considerando o diagnóstico realizado durante a elaboração do Plano de Dados Abertos 2025-2027, bem como a análise do inventário institucional, da consulta pública, das demandas de acesso à informação e da maturidade das bases atualmente disponibilizadas, o IFSULDEMINAS definiu como estratégia para este ciclo a consolidação da governança das bases de dados já publicadas.

Essa decisão está diretamente relacionada ao processo de transformação digital vivenciado pela instituição nos últimos anos. A partir da implantação do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), em 2018, o IFSULDEMINAS iniciou uma ampla reestruturação de seus processos administrativos e acadêmicos, com a gradativa digitalização de procedimentos, integração de informações e substituição de sistemas anteriormente utilizados.

Esse movimento foi intensificado a partir de 2021, em razão da consolidação dos processos eletrônicos e da contínua adoção de plataformas estruturantes do Governo Federal, como o Compras.gov.br (antigo Comprasnet), o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o Transferegov.br, além de outras soluções corporativas que passaram a concentrar informações anteriormente mantidas em sistemas próprios ou descentralizados. Esse cenário resultou em alterações significativas na origem, estrutura, forma de coleta, processamento e disponibilização dos dados institucionais.

Os estudos realizados durante a elaboração deste Plano evidenciaram que, diante desse contexto de transformação, a prioridade institucional deve concentrar-se na sustentação das bases de dados existentes, assegurando sua consistência, padronização, interoperabilidade,

atualização periódica, qualidade dos metadados e estabilidade dos processos de publicação. Essa estratégia busca garantir que os dados atualmente disponibilizados atendam aos princípios de confiabilidade, integridade, completude e reutilização previstos na Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, antes da ampliação do quantitativo de conjuntos publicados.

Dessa forma, o presente PDA não contemplará a abertura de novos conjuntos de dados, priorizando ações voltadas à revisão, atualização, padronização, melhoria da qualidade dos metadados, automatização dos processos de disponibilização e fortalecimento dos fluxos de gestão das bases existentes.

As novas oportunidades de abertura identificadas durante o processo de construção deste Plano permanecerão registradas como carteira institucional de evolução da Política de Dados Abertos e serão reavaliadas no próximo ciclo do PDA, considerando a maturidade das informações, a consolidação dos processos decorrentes da transformação digital, a capacidade operacional das áreas responsáveis e as diretrizes vigentes da Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal.

ANEXO III - CRONOGRAMA DE PROMOÇÃO, FOMENTO, USO E REÚSO DAS BASES DE DADOS DO IFSULDEMINAS

Durante a vigência do PDA 2025-2027, as ações de promoção, fomento, uso e reúso dos dados serão direcionadas ao fortalecimento da utilização das bases atualmente disponíveis, buscando ampliar sua qualidade, compreensão e aproveitamento pela sociedade.

Glossário

Abertura de Dados

Disponibilização de dados públicos em formato aberto, livre para uso, reutilização e redistribuição por qualquer pessoa, sem restrições de licenciamento.

Anonimização

Processo de remoção de dados pessoais identificáveis, de modo que não seja possível a identificação do titular, direta ou indiretamente, conforme previsto na LGPD.

Base de Dados

Conjunto estruturado de dados relacionados a um determinado tema ou atividade institucional (ex.: alunos matriculados, vestibulares, contratos).

Catálogo de Dados

Repositório organizado contendo metadados e informações técnicas das bases de dados disponíveis.

CGINDA

Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – responsável por orientar e regulamentar a Política de Dados Abertos no âmbito federal.

CKAN

Plataforma tecnológica utilizada para gestão e publicação de dados abertos, adotada pelo IFSULDEMINAS e outros órgãos públicos.

Consulta Pública

Instrumento de escuta cidadã realizado para levantar percepções, necessidades e sugestões sobre a abertura de dados.

Dados Abertos

Dados públicos disponibilizados de forma acessível, processável por máquina, sem restrições de uso, conforme diretrizes da INDA.

Dados Pessoais

Informações relacionadas a pessoa natural identificada ou identificável, conforme definição da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

DTI

Diretoria de Tecnologia da Informação – setor responsável pela infraestrutura tecnológica e publicação dos dados no IFSULDEMINAS.

e-PING

Padrão de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – conjunto de normas que orienta a comunicação entre os sistemas do governo.

Fala.BR

Plataforma integrada de ouvidoria e acesso à informação do Governo Federal, utilizada para registrar manifestações da sociedade.

INDA

Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – conjunto de padrões, normas e diretrizes para abertura de dados públicos.

INDE

Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – coordena a disponibilização e uso de dados geoespaciais no Brasil.

LAI

Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) – garante ao cidadão o direito de acesso a informações públicas.

LGPD

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) – regulamenta o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

Matriz de Priorização

Ferramenta utilizada para definir quais bases de dados devem ser abertas com base em critérios como relevância pública, esforço operacional e alinhamento estratégico.

Metadado

Conjunto de informações que descreve e contextualiza um dado (ex.: título, responsável, periodicidade, formato).

ODS

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – agenda global da ONU composta por 17 objetivos para um desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Ouvidoria

Canal institucional responsável por receber, analisar e encaminhar manifestações da sociedade, como reclamações, sugestões e pedidos de informação.

Plano de Ação

Etapas e prazos definidos para elaboração, aprovação e execução do PDA.

Plano de Dados Abertos (PDA)

Documento estratégico que organiza a política de abertura de dados de um órgão ou entidade pública para um período específico.

Portal Brasileiro de Dados Abertos

Plataforma oficial (dados.gov.br) onde os órgãos federais devem publicar suas bases de dados abertas.

Processamento por Máquina

Capacidade de um dado ser interpretado automaticamente por softwares, por estar em formato estruturado (ex.: CSV, JSON).

Sigilo

Condição legal que impede a divulgação de determinadas informações, geralmente por envolver dados pessoais, sensíveis ou de segurança.

Transparência Ativa

Prática de divulgar informações públicas de forma proativa, sem necessidade de solicitação prévia.

Transparência Passiva

Acesso a informações públicas mediante solicitação formal, nos termos da LAI.

Uso e Reúso de Dados

Utilização de dados por diferentes usuários para finalidades diversas, incluindo análises, visualizações, cruzamentos e desenvolvimento de aplicações.

Anexo IV - Cronograma complementar de atualização e formalização do PDA 2025–2027

Considerando o processo de execução do PDA 2025–2027 e as providências adotadas no âmbito do monitoramento da Política de Dados Abertos, estabelece-se o cronograma complementar para atualização das bases, formalização do Plano e preparação do ciclo subsequente.

Ação	Responsável	Prazo/Situação
Revisão e atualização das bases contempladas no PDA	Áreas responsáveis / COI	Julho/2026 – concluída
Consolidação do PDA para formalização institucional	Comissão / COI	Agosto/2026 – concluída
Aprovação e instituição do PDA	Reitor	Agosto/2026
Publicação do PDA em transparência ativa	COI	Após aprovação e instituição
Comunicação da publicação e encaminhamento do PDA à CGU	Autoridade de Monitoramento da LAI / COI	Após publicação
Nova revisão e atualização das bases	Áreas responsáveis / COI	Julho/2027
Início da elaboração do novo ciclo do PDA	COI / Comissão a ser instituída	Julho/2027